

Justiça, Presente

FOTOS DO MATERIAL: LUIZ SILVEIRA/AGÊNCIA CNJ



DEPEN
Departamento Penitenciário Nacional



CNJ CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

*Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.*

Sistema penal e socioeducativo no Brasil: um quadro alarmante

A permanente desestrutura do sistema penal e socioeducativo no Brasil é uma realidade. Episódios que chocam a sociedade ao receberem atenção da imprensa mostram apenas fragmentos de problemas estruturais graves, cujo enfrentamento exige mudanças sistêmicas e coordenadas que vão além dos esforços de uma única gestão.



POPULAÇÃO CARCERÁRIA
AUMENTOU 2X
NA ÚLTIMA DÉCADA



3ª POPULAÇÃO
CARCERÁRIA DO MUNDO:
+ DE 800 MIL PRESOS



R\$ 25 BILHÕES EM SETE
ANOS SÓ PARA ABSORVER
CRESCIMENTO

Depen, 2018.



FALHA NA ATENÇÃO
AO SISTEMA
SOCIOEDUCATIVO

A partir desse quadro, torna-se imperativo focar nas causas desse desajuste. Quanto ao sistema penal, é preciso olhar simultaneamente para a porta de entrada para evitar o encarceramento excessivo e penas desproporcionais; para as prisões disfuncionais que prejudicam uma execução penal adequada; e para a porta de saída, pois ao negligenciar atenção aos egressos, negamos também a possibilidade de reintegração.

Precisamos de um sistema socioeducativo com mais racionalidade na aplicação de medidas e estratégias de fomento à profissionalização e educação, promovendo a autonomia e emancipação dos adolescentes.

Por fim, devemos enfrentar a má gestão da informação e o contexto de marginalização e de violência que incidem em todo o ciclo penal e socioeducativo.

Unindo esforços para as transformações necessárias no sistema penal e socioeducativo

As condições de cumprimento de penas e de medidas socioeducativas no Brasil estão em conflito direto com princípios e garantias básicas estabelecidas em nossa Constituição e em diferentes tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Assim, pessoas que um dia retornarão ao convívio social são marcadas por vulnerabilidades agravadas pela privação de liberdade, contribuindo para o atual quadro de violência e da sensação de insegurança no país.



Em resposta a esse desafio, o programa Justiça Presente foi iniciado em janeiro de 2019 para reformular práticas e estruturas relacionadas à punição e à privação de liberdade. O objetivo é construir sistemas mais justos, garantindo responsabilizações adequadas ao mesmo tempo em que se fomenta a paz social.

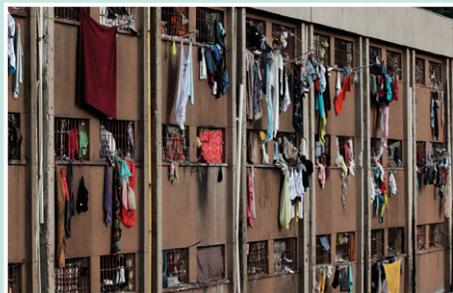
O programa resulta de parceria inédita entre o Conselho Nacional de Justiça e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, contando com importante apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, inclusive no financiamento de diversos projetos. Nas ações sobre audiências de custódia, o programa tem a parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime.

Pela primeira vez, um programa coordenado pelo Judiciário em escala nacional mobiliza atores em rede considerando as diferentes fases do ciclo penal e socioeducativo, focando em resultados de curto e médio prazo.

O programa ainda se vale de experiências anteriores exitosas do CNJ, investindo em intervenções customizadas à realidade de cada estado. Essas intervenções são construídas em estreita colaboração com os atores locais para garantir a efetividade e sustentabilidade das soluções.

Estrutura do programa

Para melhor organizar as atividades e otimizar resultados em intervenções coordenadas e simultâneas, o programa foi estruturado em quatro eixos principais. Cada eixo se desdobra em diversas ações e produtos, que serão desenvolvidos com o apoio de coordenadores e assessores especializados alocados nas 27 unidades da federação.



EIXO 1 – SUPERLOTAÇÃO E SUPERPOPLAÇÃO

A atual trajetória de crescimento do sistema prisional não é uma alternativa sustentável – há limites de recursos financeiros, físicos e humanos. Este eixo parte dessa premissa para atuar na racionalização de fluxos e práticas para qualificação da porta de entrada. Envolve ações voltadas aos mutirões carcerários por meio eletrônico, às alternativas penais, monitoração eletrônica, audiências de custódia, centrais de vagas e práticas restaurativas.

APOIO



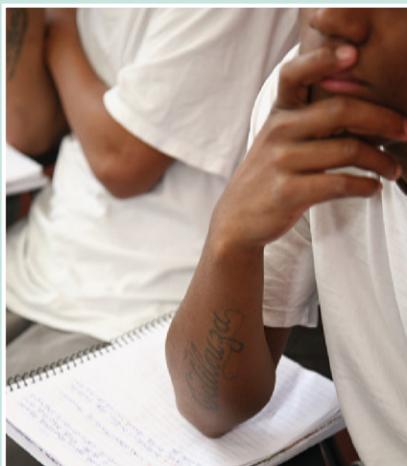
UNODC

Escritório das Nações Unidas
sobre Drogas e Crime

EIXO 2 – SOCIOEDUCATIVO

Os desafios específicos enfrentados pelo sistema socioeducativo, com ações que garantam responsabilizações enquanto protegem e fomentam um futuro melhor, são abordados por este eixo.

As ações são direcionadas a melhorias na gestão da informação, à racionalização na aplicação de medidas de privação de liberdade, ao aperfeiçoamento no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e também às estratégias para o aumento da escolarização e profissionalização.



EIXO 3 – CIDADANIA E GARANTIA DE DIREITOS

A responsabilidade do Estado na custódia adequada das pessoas privadas de liberdade, garantindo condições dentro e fora dos presídios para que retomem suas vidas após o cumprimento de penas, é o foco de ação desse eixo. O trabalho se volta a iniciativas para cidadania nas prisões, atenção às pessoas egressas por meio do Escritório Social, ações de inserção produtiva, e intervenções para melhor governança e mais transparência nas penas.



EIXO 4 – SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA E SISTEMAS

Um dos principais entraves para uma execução penal mais eficiente é a falta de informações confiáveis e atualizadas sobre processos e pessoas privadas de liberdade. Este eixo aposta no Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) para centralizar e unificar o controle da execução penal, com soluções em tecnologia que melhoram a gestão de varas e dão insumos para que magistrados e gestores públicos tomem decisões mais informadas. Além disso, o eixo promove a emissão da documentação da população privada de liberdade com foco em ações de cidadania, por meio da identificação biométrica.



A partir dos objetivos e metas gerais de cada eixo, foram criados 27 planos executivos adaptados à realidade de cada unidade da federação. Esses planos foram desenvolvidos com a contribuição de tribunais e demais atores locais, que assumem o protagonismo na execução das atividades.

O programa Justiça Presente ainda se vale de ações transversais com atenção a recortes de gênero e raça, além de trabalhar em soluções de gestão da informação para incentivar a difusão de conhecimento e internalização de boas práticas baseadas em evidências. Também atua em parceria com diferentes instituições nacionais e internacionais para garantir resultados de excelência.

Justiça, Presente



DEPEN
Departamento Penitenciário Nacional



CNJ CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

*Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.*

**Mais informações no site do Justiça Presente,
leia o QR Code a seguir.**



SEPN 514 Norte – Bloco B – lote 07
Asa Norte, Brasília - DF
CEP 70.760-542